DEMOCRACIA CONTRA O CAOS: notas sobre a fome e a desigualdade em tempos de pandemia no Brasil

Dárcon Sousa[1]

RESUMO

Este trabalho defende o argumento de que a democracia liberal, conquanto seja um modelo limitado para promover transformações sociais e se constitua até num instrumento das elites para a permanência de sua dominação, oferece mecanismos de proteção contra catástrofes em contextos de crise aguda. Tomando como referências aspectos das consequências da pandemia no Brasil, a partir da análise de conteúdo de documentos, identificamos o funcionamento de instituições que conseguiram conter o ímpeto excludente do governo de extrema direita no país, evitando que os danos econômicos decorrentes da Covid-19 tivessem como desfecho o caos social. Apoiamo-nos na tese de Amartya Sen, segundo a qual a democracia exerce um papel protetor contra a fome e privações, ainda que também apontamos a insuficiência das barreiras de contenção acionadas pelas instituições, no que se refere à redução dos sofrimentos impostos aos mais pobres durante a pandemia.

Palavras-chave: Crise; Democracia. Desigualdade

ABSTRACT

This study supports the view that the liberal democracy, even if conceived as a limited model to promote social transformations and even when wielded as a tool for the elites to secure their domination, offers protection mechanisms against disasters in acute crisis contexts. Having as point of view aspects from the consequences of the Covid-19 pandemic in Brazil, from document analysis, we highlight the institutional workings that were able to contain the exclusionary impetus from the country's far right government, avoiding social chaos to be yielded from the economical damages caused by Covid-19. We build on top of Amartya Sen's thesis, in which democracy performs a protector role against famine and other privations, yet we identify the insufficiency of the containment barries deployed by the institutions; when it comes to the mitigation of the suffering imposed on the poor throughout the pandemic.

Keywords: Crisis, Democracy, Inequality

[1] Doutor em Ciências Sociais, Professor Associado da Universidade Federal de Campina Grande, darcon.soua@professor.ufcg.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A eleição de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil em 2018 foi o desfecho de um processo iniciado com o golpe parlamentar contra o governo de Dilma Rousseff em 2016, protagonizado pela direita política tradicional, setores do judiciário, grande parte da mídia comercial e apoiado por amplos segmentos das classes médias. A agressividade dessas forças sociais, impulsionadas por ódio político e radicalização ideológica, permitiu o surgimento de um candidato de extrema direita descomprometido como os ideais democráticos, mesmo aqueles contemplados pela perspectiva minimalista das democracias burguesas, forjadas na dimensão formal do funcionamento das instituições políticas.

Durante sua trajetória, Jair Bolsonaro, cuja base eleitoral que lhe garantiu sucessivos mandatos como deputado formou-se em torno de agrupamentos policiais e militares em geral, construiu um discurso antissocial e abertamente hostil às minorias, difundindo preconceitos contra homossexuais, defendendo a ditadura militar e propalando formas violentas para o enfrentamento dos conflitos sociais. Na campanha eleitoral, Bolsonaro encarnou o figurino de um candidato conservador, atraindo parte considerável da religiosidade cristã, atacou valores e práticas democráticas, prometeu desconstruir políticas públicas - sobretudo o Programa Mais Médicos que contava com grande aprovação popular -, ameaçou inimigos políticos e hostilizou a imprensa.

Nesse contexto, a democracia brasileira elegeu um candidato que, por dentro dela, passaria a ser uma ameaça à sua própria subsistência, sob o olhar complacente dos grupos dominantes, satisfeitos com a derrota da esquerda política moderada, ainda que Jair Bolsonaro não estivesse em seus planos prioritários. Os formadores de opinião e as classes políticas foram surpreendidos com o intenso e sofisticado esquema de comunicação política do candidato de extrema direita, que se utilizou das redes sociais para multiplicar informações e gerar engajamento, fenômeno importado dos movimentos de extrema direita nos Estados Unidos e Europa, determinante na ascensão de líderes autoritários e populistas.

Os danos para a democracia no Brasil eram previsíveis e o governo Bolsonaro começa em 2019 recrutando milhares de militares para a administração pública, cooptando as instituições do Estado e recrudescendo as relações com a imprensa. Ao desmonte dos instrumentos de proteção ambiental, corte de verbas para a educação e ataques à suprema corte do país, soma-se uma sucessão de crises geradas com o intuito de dispersar a atenção e de dar prosseguimento ao objetivo de deteriorar a democracia. Para isso, os bolsonaristas dentro e fora do governo fazem uso contínuo de uma guerra de informação deflagrada nas mídias digitais e conduzida por múltiplos apoiadores, dentre os quais muitos já são alvos de inquérito judicial em razão da distorção de fatos, divulgação de notícias falsas e destruição de reputações de adversários produzidas em larga escala por eles via redes sociais.

Mas nada se compararia ao ano de 2020 com a chegada ao Brasil do coronavírus e da pandemia da Covid-19. O preço da eleição de um governo autoritário se traduziria em mortes. Até esta data, já mais de meio de milhão de brasileiros perderam suas vidas num ambiente que desde o início foi marcado por negacionismo científico, sabotagem às medidas preventivas e aposta em remédios sem eficácia, tudo orquestrado pelo Presidente da República em associação com personagens dos universos político, empresarial e médico, a oferecer suporte à não política de combate ao coronavírus no país.

Neste sentido, propomos neste trabalho, acrescentar às reflexões sobre a crise social, econômica e sanitária decorrente da maneira pela qual o governo brasileiro lidou com a Covid-19, uma análise em torno da relação da democracia brasileira, em seu estágio atual, com o agravamento das condições de vida dos mais pobres em razão da pandemia. Sendo assim, teoricamente, estabelecemos um diálogo com autores que ressaltam o valor da democracia, maiormente seu papel instrumental na prevenção de grandes crises coletivas e/ou na redução das desigualdades, a exemplo de Sen (2010) e de Bobbio (2014), o que deverá compor a próxima seção. Na seguinte, recorremos à pesquisa documental para abordar as consequências socioeconômicas da Covid-19 e avaliarmos em que medida elas foram atenuadas pela utilização de instrumentos democráticos por parte da sociedade brasileira. Recorremos aos dados coletados junto à Rede de Políticas Públicas & Sociedade

(https://redepesquisasolidaria.org), iniciativa criada por pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa para acompanhar as políticas públicas implementadas contra a Covid-19 e às informações divulgadas pela imprensa. Concluímos o trabalho com as considerações finais, pretendendo com ele adicionar melhor compreensão sobre aspectos que norteiam um dos períodos mais dramáticos da história brasileira, no momento em que um governo autoritário e de feições protofascistas ameaça o pouco que restou da institucionalidade democrática.

2 A DEMOCRACIA LIBERAL: CRISE COM ELA, CATÁSTROFE SEM ELA

Muito se tem escrito e debatido a respeito dos limites e das possibilidades da democracia liberal, mormente em períodos de agudização das crises capitalistas, nas quais os retrocessos sociais denunciam a insuficiência dessa forma democrática para minorar os dados das desigualdades e proteger os mais fracos. Por outro lado, diversas conquistas de direitos foram obtidas na ambiência democrática burguesa, o que sugere a existência nela de instrumentos que podem ser utilizados na luta por justiça social, sobretudo quando se concebe uma visão gradualista da mudança social.

Também é alvo de controvérsias o papel que os governos da esquerda política desempenham no contexto de uma democracia liberal, se são capazes de contrapor-se à racionalidade burguesa ou se estão fadados a fazer concessões ao capital a ponto de frear o ímpeto por transformações na estrutura social. No caso do Brasil, os governos do Partido dos Trabalhadores são criticados por, supostamente, terem avançado pouco na democratização substantiva da sociedade. Ora, mesmo não sendo o foco deste trabalho, um olhar atento para a experiência dos governos petistas revelará uma expansão considerável dos mecanismos de participação social nas decisões do aparato estatal, assim como a concretização de ganhos das camadas situadas na base da pirâmide social, decorrentes de um maior grau de democratização da gestão pública em relação aos governos anteriores.

De toda forma, como destacou Bobbio (2014), a complexidade da democracia a torna mais frágil, mais difícil de funcionar e também mais fácil de desmoronar. A democracia tem a tarefa de compatibilizar poder com liberdade. Seria, na visão desse

autor, a melhor forma de governo entre as já imaginadas. Em outra dimensão, conforme lembra Switt (2016), a democracia sempre despertou temores relacionados à perda de controle das massas por parte de autocratas defensores da ideia de que o povo não está preparado para as decisões políticas. Mas a democracia possui um valor intrínseco, na medida em que promove um processo educativo capaz de ampliar as capacidades morais e intelectuais dos cidadãos, permitindo-lhes participar dos assuntos coletivos de forma racional. Idealmente, ainda segundo o pensamento de Switt (2016) a democracia busca a igualdade, conferindo o mesmo peso às vozes diferentes.

Essa tarefa constitui-se num desafio importante em sociedades nas quais a desigualdade material produz efeitos no funcionamento da democracia. O financiamento de campanhas, os *lobbies*, o controle dos meios de comunicação pelas elites econômicas e a corrupção endêmica sabotam os valores democráticos. Acrescente-se a isso as desvantagens da classe trabalhadora, condicionada a obedecer a outros e distante das relações de proximidade estabelecidas entre empresários e líderes políticos. Além do mais, o Estado depende dos investimentos econômicos dos capitalistas e isso os favorece. As assimetrias de poder são incontornáveis (MIGUEL,2016).

Como agravante, as desigualdades são reforçadas por práticas sociais a partir das escolhas dos indivíduos, dos modos de consumo e de estratégias de diferenciação e de distinção que, simbolicamente ou concretamente, constroem sociabilidades sustentadas com base na desigualdade, não necessariamente vistas como contrárias aos princípios democráticos. Escolas, disciplinas, formações, orientações e qualificações são valoradas em função de componentes meritocráticos que legitimam as desigualdades (DUBET, 2016)

Todavia, Bobbio (2014) elege a igualdade como ideal da democracia, definida por ele como o conjunto de instituições, de meios e procedimentos (sufrágio universal, parlamento, reconhecimento de direitos civis, proteção das minorias, princípio da maioria) que deve mover-se na direção de reduzir as desigualdades sociais e, em certa medida, as naturais. A democracia deveria ser uma profissão de fé mundana,

baseada na construção do mundo humano, destinada a promover a igualdade, realização que dá rumo à história, conforme a visão desse autor:

> A história humana tem uma direção que dê um sentido à imensa fadiga de séculos de lutas, guerras, sangue e extermínio? E, se há uma direção, qual é? Parece-me que só se pode dar uma resposta: a história humana vai na direção de uma progressivamente maior igualdade entre homens, entre classe e classe, entre nação e nação, entre raça e raça, entre homem e homem (BOBBIO,2014, P.40).

Depreende-se disso que a igualdade, em qualquer dimensão, só pode avançar numa ambiência democrática. Em terras brasileiras, no curto e sinuoso caminho que a democracia tem trilhado, há evidências de que ela reduziu as desigualdades enquanto durou. Pelo menos é o que comprova Arretche (2018) em sua pesquisa sobre trinta anos de democracia desde a redemocratização pós período militar. Apesar de não reduzir as rendas dos ricos, nem de eliminar os fatores de desigualdade econômica, políticas de inclusão e de caráter incremental, defendidas principalmente por governos de esquerda, em contextos de alta participação eleitoral, criaram convergências em torno de demandas sociais e reduziram a desigualdade.

No caso da fome, chaga histórica do Brasil, conforme lembra o relatório da Red PENSSAN – Rede Brasileira de Investigação e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – (2021), entre 2004 e 2013, o Programa Fome Zero e outras políticas de combate à pobreza e à miséria, reduziram drasticamente a insegurança alimentar no país. A queda para 4,2% da população em situação de fome fez com que a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) excluísse o Brasil do mapa da fome.

Neste sentido, Sen (2010) acentua o papel protetor da democracia em se tratando de fome coletiva. Os incentivos políticos do processo eleitoral, a oposição partidária e o jornalismo investigativo são capazes de impedir essa tragédia social. Relações causais identificadas em situações históricas apontam que nem o declínio da produção de alimentos, nem a queda na renda dos pobres são determinantes para a ocorrência de fomes coletivas. O que conta são políticas oportunas, amplas e

preventivas, gestadas numa ambiência democrática. Nas palavras de Sen (2010, p.236):

> [...] se não há eleições, partidos de oposição, espaço para a crítica pública sem censura, os que exercem autoridade não têm de sofrer as consequências políticas de não prevenir as fomes coletivas. A democracia, por outro lado, faz com que os castigos da fome coletiva atinjam também os grupos governantes e líderes políticos.

Ainda reforçando o pensamento de Sen (2010), uma imprensa livre revela informações que impactam a tomada de decisão pública e, somada à pressão exercida pela oposição partidária, pode evitar políticas insensíveis e desumanas, oriundas de governos que querem imunidade contra críticas. Sobretudo em situações de crises profundas, o preço que se paga por um governo não democrático se torna mais visível. A argumentação desse autor se insere na relação que ele estabelece entre o processo de desenvolvimento e o aumento da liberdade que, em situações de crise profunda, deve ser garantida pelo aumento da proteção e da segurança dos cidadãos. Como resume:

> Essa relação é constitutiva e instrumental. Primeiro, a própria proteção contra fome, epidemia e destituição acentuada e súbita constitui um aumento da oportunidade de viver bem e com segurança. A prevenção contra crises devastadoras, nesse sentido, é parte integrante da liberdade que as pessoas com razão valorizam. Segundo, o processo de prevenção contra fomes coletivas e outras crises é significativamente auxiliado pelo uso de liberdades instrumentais, como a oportunidade de discussão aberta, a vigilância pública, a política eleitoral e os meios de comunicação sem censura (SEN, 2010, P.245)

Mas, o próprio Sen (2011) reconhece os limites da democracia centrada no exercício do voto secreto. A democracia precisa de mais conteúdo e a razão ou argumentação pública em suas práticas estabelece a necessária relação entre ela e a ideia de justiça. Uma compreensão mais ampla da democracia contempla a participação política, o diálogo e a interação pública como elementos norteadores. Nos termos de Sen (2011, p.360): “Se as exigências da justiça só podem ser avaliadas com a ajuda da argumentação pública, e se essa argumentação está constitutivamente relacionada com a ideia de democracia, então existe uma íntima

conexão entre a justiça e a democracia." Sem a razão pública promotora da liberdade de expressão, do acesso à informação e da possibilidade de crítica que conformam o nível de discussão pública e a deliberação aberta, a censura, a não informação e um clima de medo podem facilitar a eleição de ditadores por meio do voto.

Nesta direção, Kliksberg (2014) realça o valor da participação nas democracias mais desenvolvidas. Nelas, a sociedade civil articulada preserva laços estreitos entre os eleitos e os representados, canais abertos para a opinião dos cidadãos, prestação de contas permanente e métodos ativos de controle social que mantêm as demandas sociais em evidência. A participação desempenha o papel de reequilibrar forças em sociedades caracterizadas por desequilíbrios econômicos, sociais e políticos.

Além de possuir legitimidades moral e política, a participação confere legitimidade social e gerencial à gestão de políticas públicas e de programas sociais, revestindo-os de eficiência, na medida em que a comunidade beneficiária intervém no desenho, na gestão, no monitoramento e na avaliação dos projetos públicos. A centralização do poder político, o clientelismo, a visão tecnocrática e única, e a desvalorização dos desfavorecidos são os entraves à participação. Entretanto, quando praticada de modo real, com respeito às especificidades, à história e à cultura das populações, a participação cria as condições para o fortalecimento do capital social e para o vislumbre de valores capazes de promover mudanças efetivas (KLIKSBERG, 2014).

Por fim, para exemplificar a importância concreta da democracia em contextos de crises profundas, Sen (2011) relatou o episódio da fome coletiva em Bengala, Índia, no ano de 1943. A tragédia foi presenciada pelo próprio autor que descreveu como autoridades públicas da época sonegaram informações sobre a situação real e procuraram subdimensionar o número de mortes causadas pela fome. Enquanto o Secretário de Estado para a então colônia britânica falava em 1.000 mortes por semana, uma Comissão de Inquérito concluiu que, entre julho e dezembro de 1943, morreram mais de 26.000 pessoas por semana, totalizando 1.304.323 mortes no período. Para esse autor, a ausência de democracia na Índia colonial foi determinante na mortalidade. Restrições à imprensa e o "silêncio voluntário" dos meios de comunicação britânicos sobre o que ocorria evitaram o debate público substancial.

Como consequência, o combate oficial à catástrofe não ocorreu e a fome ceifou milhares de vidas que poderiam ser salvas.

Em face destas referências conceituais e históricas, discorremos na próxima seção sobre aspectos da segurança alimentar e da desigualdade durante o primeiro ano da crise causada pela pandemia da Covid-19 no Brasil, destacadamente a influência que os resíduos de uma institucionalidade democrática combalida possam ter exercido nas decisões públicas tomadas em relação aos referidos aspectos.

3 O VIRUS DA MORTE E A RESSURREIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA BURGUESA

A crise sanitária causada pelo coronavírus encontrou no Brasil um governo de extrema direita que, assim como seus congêneres em outros países, coloca em marcha um projeto ideológico de deterioração da democracia. O negacionismo científico se expressou por meio do menosprezo à pandemia, do uso político de medicamentos sem comprovação científica e da difusão de teorias conspiratórias a partir da própria Presidência da República, baseadas na suposição de uma proliferação intencional do vírus promovida pelo Estado chinês com objetivos econômicos. Além disso, a deliberada indisposição do governo central em coordenar esforços junto às unidades federativas para a articulação de políticas de enfrentamento da pandemia, criou um ambiente de conflito permanente com os estados. Já as tensões do Presidente com o Ministério da Saúde, desautorizando medidas protetivas e recomendações científicas, deixaram o país à mercê dos esforços de governos estaduais, gestores mais próximos das consequências da pandemia sobre os sistemas de saúde locais. Ataques à imprensa, ao Supremo Tribunal Federal e até à Organização Mundial da Saúde, viriam acrescentar turbulências incontornáveis ao cambaleante e precário combate à Covid-19 no Brasil.

Antes de serem atitudes e comportamentos transloucados, as posturas e inação do Presidente Jair Bolsonaro, também em relação à pandemia, seguem cálculos políticos e têm inspiração ideológica. Como explicou Brown (2019), a extrema direita buscar acentuar o ideário neoliberal e, para isso, precisa desmontar as instituições democráticas fundadas na razão e na ciência, esvaziar as provisões

públicas e demonizar conceitos de justiça social e de igualdade, promovidos por governos democráticos. Qualquer sistema baseado na premissa da direção social e política da sociedade ou em decisões públicas esclarecidas é considerado contra a liberdade e, em tal situação, essa esfera pública deve ser desmantelada. Segundo Brown (2019), é contra essa ideia do social que o neoliberalismo se levanta para criar uma cultura antidemocrática e legitimar projetos políticos autoritários que depreciam o Estado em nome de concepções de liberdade e sob a justificativa da responsabilização dos indivíduos. Este pressuposto ideológico explica decisões como as do governo Trump no Estados Unidos de colocar na direção de órgãos da saúde, educação, serviço social, moradia, trabalho, desenvolvimento urbano e meio ambiente, pessoas empenhadas em destruir ou privatizar esses serviços públicos.

Os mesmos pressupostos orientaram o governo de Jair Bolsonaro no contexto da pandemia, ficando os estados subnacionais com a responsabilidade de administrar a crise. O estado de São Paulo, onde o primeiro caso da Covid-19 ocorreu em 25/02/2021, foi o primeiro a adotar medidas para promover o distanciamento social (Decretos 64.862, 13/03/2020; 64.864, 16/03/2021 e 64.881, 24/03/2021), começando pela proibição de eventos, depois fechamento de escolas e do comércio. Na semana seguinte, quase todos os estados seguiram essas medidas. No entanto, em 30 de abril, a Nota Técnica 04 da Rede de Pesquisa Solidária – RPS (2020) registrava o baixo nível de isolamento social do Brasil em relação a outros países, apontava as dificuldades de adesão da população ao distanciamento e concluía que sua diminuição coincidia com o aumento do número de mortos, problema que se agravaria com a flexibilização descoordenada. Numa escala de 100 pontos, Brasil (42,2) e EUA (31) ficaram bem abaixo de Argentina (63,4), Espanha (73,6) e Itália (70,2) em se tratando de isolamento social.

Àquela altura, o Presidente da República sabotava o distanciamento social em discursos e práticas durante os eventos dos quais participava. Governadores que o apoiaram nas eleições de 2018 passam a criticá-lo e alguns se comportam como opositores, na medida em que as hostilidades do Presidente em relação às medidas de isolamento tomadas por eles cresce. Pressionados pelas demandas da estrutura de saúde e pela população local, governadores se afastam do presidente, impingindo-

lhe maior isolamento. Comparado ao ambiente de 2018, o quadro político vai se reconfigurando em termos de alinhamento ao governo central. O instinto de sobrevivência e mesmo a competição política - o Presidente via em alguns governadores possíveis concorrentes em 2022 – forçaram um novo arranjo de forças que, num contexto em que o Presidente Jair Bolsonaro se recusava a liderar as políticas de combate à Covid-19, gerou disputas no campo conservador, principalmente a partir das iniciativas do governador de São Paulo para comprar e produzir vacinas. Se pensarmos em termos de democracia liberal, a fratura na direita política, causada pela crise sanitária, confirma que a "competição política" pode contribuir para soluções de problemas públicos, sobretudo se conseguirmos avaliar quais seriam as consequências da manutenção do consenso que os conservadores brasileiros construíram contra o espectro da esquerda na última eleição nacional.

Mas a disputa política entre governo federal e os estados se estenderia para o parlamento. Com o agravamento da situação econômica gerado pelas medidas de fechamento de parte da atividade econômica, os grupos sociais mais vulneráveis passariam a ter emprego, renda e/ou subsistência ameaçados. No Brasil, 81% da força de trabalho experimenta algum tipo de vulnerabilidade. Desses, 40%, trabalhadores do setor informal, são considerados vulneráveis. Mas a pandemia colocou em vulnerabilidade trabalhadores com vínculos formais, mas que sofreram por causa do desemprego, redução de renda ou outros fatores, chegando a 75,5 milhões os que enfrentaram vulnerabilidades. (NOTA TÉCNICA 02, RPS).

Para atenuar as repercussões socioeconômicas da crise, partidos de oposição e outros iniciaram pressões para que o governo federal criasse um mecanismo de proteção aos vulneráveis. Enquanto a proposta inicial do Ministro da Economia mencionava pelos meios de comunicação a disposição de implementar um benefício de R$ 200,00 (duzentos Reais) para os trabalhadores de baixa renda, desempregados e informais, o parlamento discutia um auxílio emergencial de R$ 500,00 (quinhentos Reais). Na barganha entre legislativo e executivo, o governo federal decidiu criar uma Renda Básica Emergencial no valor de R$ 600,00 (seiscentos Reais) por meio da Lei 13.982/2020, cujo alcance abrangeria mais de 60 milhões de indivíduos, cerca de 29% da população.

Em julho, a Nota Técnica 14 da RPS registrava os impactos positivos do auxílio emergencial, principalmente para os mais pobres, preservando suas rendas, inclusive com elevação em relação ao ano anterior à pandemia. A renda média das famílias brasileiras seria 40% menor sem o auxílio. Não se deve aqui deixar de mencionar as dificuldades operacionais, entraves e mesmo a impossibilidade de acesso ao mecanismo digital instituído para a implantação do auxílio que milhões de vulneráveis sem *internet* adequada tiveram.

Todavia, o contexto sob o qual a Renda Básica Emergencial foi implantada demonstra novamente a natureza protetora da democracia em situações extremas, mesmo nas condições de deterioração da democracia brasileira, que alçou ao poder central forças políticas contrárias às políticas sociais e comprometidas com o projeto ideológico de reduzir a participação dos pobres no orçamento público. Na crise do coronavírus, a extrema direita no poder respondeu às iniciativas do parlamento, que agia impelido por cobranças inéditas de setores tradicionalmente adeptos de um neoliberalismo radical, responsáveis por construir agendas como a que transformou em lei a limitação dos gastos sociais e outras mudanças que reduziram direitos dos trabalhadores por meio das reformas trabalhista e previdenciária.

A cobertura do principal telejornal do Brasil, produzido pela Rede Globo de Televisão, revelou o inusitado empenho editorial em reunir especialistas e destacar reportagens com análises direcionadas a enfatizar a necessidade urgente de o governo federal intervir no ambiente de crise, aportando recursos para os vulneráveis e para preservação de setores econômicos afetados por ela. Outros veículos de comunicação, membros do grupo de famílias que concentra a mídia comercial no Brasil, adotaram a mesma postura. Ao mesmo tempo em que realizavam um jornalismo empenhado em demonstrar o realismo dos números de infecções e de mortes - chegaram a montar um consórcio de informação para compartilhar e divulgar notícias sobre a Covid-19, em face dos movimentos do governo para sonegar dados - , exerceram papel fundamental no impulso do parlamento para as decisões relativas ao apoio financeiro do Estado naquele momento.

Entretanto, apesar das reações das instituições à inércia do governo Bolsonaro ante à pandemia evitarem uma catástrofe social maior, pesquisas apontam para a

permanência e o agravamento de problemas nas comunidades pobres do país. Nesse quesito, o *déficit* de democracia substancial se fez sentir. O governo Bolsonaro extinguiu diversos instrumentos de participação da sociedade civil nas decisões de governo. Fóruns de discussão, conselhos e múltiplos arranjos que contemplavam o combate à fome, ao desemprego, assim como a geração de renda e o incremento de direitos, foram esvaziados. A distância entre sociedade organizada e poder político central aumentou consideravelmente.

O “Painel de monitoramento com lideranças comunitárias sobre os impactos do avanço da pandemia do Covid-19”, realizado pela Rede de Pesquisa Solidária (NOTA TÉCNICA N.17,24/07/2020), condensou relatos de 75 lideranças comunitárias em várias partes do país sobre problemas críticos durante a pandemia. As informações advindas dessas comunidades são reconhecidas como de vital importância pela Organização Mundial da Saúde em razão de fornecer dados para estratégias de controle de risco de epidemias e de construção de soluções em contextos locais. Segundo a pesquisa mencionada, 67% das lideranças comunitárias relataram situações de fome e privação alimentar e 30% apontaram problemas de acesso à Renda Básica Emergencial. Aumento do contágio, do número de mortes e diversificação das formas de violência também foram identificados na pesquisa. Em geral, preocupações com a fome e preocupação alimentar, e com emprego e renda se destacaram entre os problemas vivenciados nas comunidades.

Esses dados ajudam a dimensionar o grau de sofrimento que acomete as classes situadas na base da pirâmide social durante a crise da pandemia. Trabalhadores, subempregados, desempregados, informais, entre outros, enfrentam privações e carências que estão longe de serem supridas. Conquanto o auxílio emergencial tenha evitado uma catástrofe social de maiores proporções, a democracia brasileira está distante de se livrar de seu caráter excludente. Os fatores determinantes dos diversos tipos de desigualdade (política, econômica e social, entre outas) continuam fora da agenda do poder político, ainda mais em tempos de dominância da extrema direita. Todavia, a democracia liberal brasileira, cujos problemas de representatividade, descontinuidade e de substancialidade são históricos, conservou instrumentos pelos quais foi possível à diversas instituições

conter o ímpeto antissocial de um governo de extrema direita, no que concerne às consequências da pandemia da Covid-19 para os mais necessitados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises desencadeadas pela pandemia da Covid-19 no Brasil demonstraram a complexidade do desenvolvimento democrático no país. Depois de interromperem o processo democrático com os assaques contra o governo Dilma Rousseff, as elites políticas, midiáticas, econômicas e localizadas em parte do aparelho estatal, tentam resgatar o funcionamento de um modelo de democracia, minimalista, mas que lhe permita coexistir com as distorções dele e com as repercussões excludentes que promove. Mesmo o judiciário, composto por grupos que recentemente se prestaram a ser utilizados como armas da luta ideológica, soube responder às pressões do governo federal e estabelecer marcos regulatórios que impediram o caos institucional entre as esferas de poder no combate ao coronavírus, ações protagonizadas pelo Supremo Tribunal Federal. O STF, em contraposição ao comportamento da Procuradoria Geral da República e da Política Federal, órgãos cujas direções foram cooptadas pelo governo Bolsonaro, foi bastante ativo nas respostas às demandas de partidos políticos, estados e outras instituições que o provocaram em face do caos desenhado pela extrema direita. Por outro lado, as crescentes manifestações de rua contra o governo exercem pressões políticas e podem ser decisivas na apuração instalada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, a respeito das responsabilidades, erros e omissões cometidos durante a pandemia pelo Presidente da República. Essas reações das instituições expressam a sobrevida da democracia liberal e seu valor instrumental em contextos de crises agudas. Portanto, há que se reafirmar os limites da democracia brasileira, muito mais depois que as elites do país a desfiguraram com as involuções que acompanharam o golpe parlamentar de 2016. Mas, não se pode negar que a assunção da extrema direita ao poder fez surgir o instinto de sobrevivência de atores aqui mencionadas que, diante do imobilismo e do descaso de um governo autoritário num contexto de aguda crise sanitária, contribuíram para diminuir os danos sociais causados por ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta. **Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil:** a inclusão dos outsiders. São Paulo: RBCS, V.33, N.96, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Qual democracia**? (pp.21-41). São Paulo: Edições Loyola, 2014.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política democrática no ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

DUBET, François. **Por qué preferimos la desigualdad**? (aunque digamos lo contrario). Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016..

KLIKSBERG, Bernardo**.?Cómo enfrentar la pobreza y la desigualdad?** Uma perspectiva internacional. San José, Costa Rica: Editora UCR, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **Igualdade e democracia no pensamento político**. In.: MIGUEL, Luis Felipe (ORG.) Desigualdades e democracia (pp.7-23). São Paulo: Editora Unesp, 2016.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA (RPS). **Políticas públicas e a resposta da sociedade, Notas Técnicas.** Disponível em https://redepesquisasolidaria.org/Acesso entre 01 e 15 de julho de 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SWIFT, Adam. **Qué es y para qué sirve la filosofia política?** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.